

Novas Regras para a Emissão de Papel Comercial

Decorridos cerca de 8 anos relativamente às últimas alterações ao diploma que regula o regime jurídico aplicável ao Papel Comercial¹, foi publicado, no passado dia 25 de Fevereiro de 2014, o Decreto-Lei n.º 29/2014 que procede à revisão do referido regime, tendo como principais objectivos o incentivo do recurso a este tipo de financiamento pelos emitentes, em particular por pequenas e médias empresas, e a dinamização dos mercados de emissão.

De entre as diversas alterações consagradas, assume especial relevância a revisão dos requisitos de emissão de papel comercial com valor unitário inferior a €50.000,00. Por um lado, passa a ser possível recorrer a este instrumento independentemente do nível de capitais próprios da emitente, desde que, após a emissão, aquela apresente um “rácio de autonomia financeira adequado”, cujos termos serão objecto de regulamentação pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Por outro, é introduzida uma maior flexibilidade relativamente aos requisitos relativos à notação de risco da emissão e à prestação de garantia que assegure o cumprimento das obrigações de pagamento decorrentes da emissão.

O novo diploma procura também apoiar os emitentes que gozem de uma menor capacidade ou estrutura logística mediante a introdução da figura do “patrocinador da emissão” que está obrigado a reter em carteira própria 5% da emissão de papel comercial em que intervém, actuando como criador de mercado e ajudando no cumprimento dos diversos deveres de informação que impendem sobre o emitente.

Outra novidade reside na aprovação de um modelo de nota informativa contendo informação sobre a emitente e as características da emissão, que passa a constituir um anexo ao diploma em análise, permitindo-se, assim, uma maior uniformidade e comparabilidade dos diversos instrumentos oferecidos no mercado.

¹ Decreto-Lei n.º 69/2004, de 25 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 52/2006, de 15 de Março.



Foto Bate Chapas

O diploma é ainda inovador ao consagrar diversos deveres de divulgação de informação privilegiada ao mercado, sempre que esta seja susceptível de influenciar de maneira sensível o preço do papel comercial, e ao flexibilizar a possibilidade de registo e liquidação de operações relativas a papel comercial em sistemas centralizados.

Por último, cumpre destacar que as alterações introduzidas por este diploma são aplicáveis às emissões de papel comercial deliberadas mas ainda não emitidas à data da entrada em vigor (2 de Março de 2014), bem como às novas emissões de papel comercial efectuadas ao abrigo de novos programas ou programas renovados após a referida data.

Em suma, a publicação deste diploma constitui um passo claro no sentido de imprimir uma maior diversificação nas fontes de financiamento das empresas, aumentando, assim, o leque de potenciais financiadores.

Francisco Barona/Ana Guedes Teixeira
fb@slcm.pt / agt@slcm.pt

Áreas de Actividade

Direito Comercial e Societário // Fusões & Aquisições // Private Equity // Direito Bancário e Financeiro // Mercado de Capitais // Direito Fiscal e Contencioso Tributário // Direito Laboral // Direito Comunitário e da Concorrência // Direito dos Seguros // Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo // Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação // Direito Marítimo e Aéreo // Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas // Planeamento e Urbanismo // Imobiliário e Construção // Energia e Ambiente // Contencioso, Arbitragem e Mediação